

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Paraíso do Tocantins e Região Ltda. – Sicoob Credipar
Paraíso do Tocantins/TO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Paraíso do Tocantins e Região Ltda. – Sicoob Credipar, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Credipar em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – pagamento de Juros ao Capital Próprio

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 18, que trata do pagamento de Juros ao Capital Próprio no exercício de 2017, no montante de R\$ 990 mil, o qual foi realizado em conformidade com o § 3º, Artigo 24 da Lei 5.764/1971 e com o Artigo 7º da Lei Complementar 130/2009. Contudo, o valor da remuneração paga foi superior às sobras após a tributação, o que resultou em perdas líquidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 126 mil, as quais foram integralmente compensadas com as despesas cobertas pelo FATES e com a reversão dos resultados não operacionais e dos resultados com não associados para o Fundo de Reserva e para o FATES, respectivamente.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do Sicoob Credipar para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 8 de março de 2017 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 5 de abril de 2018.




Nestor Ferreira Campos Filho
Contador CRC DF – 013421/O-9
CNAI 1727



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PARAÍSO DO TOCANTINS E REGIÃO LTDA
Rua Voluntários da Pátria, 955 - Centro - Paraíso do Tocantins - TO., CNPJ nº 26.960.328/0001-43

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS, SEM CENTAVOS)

A T I V O	2017	2016	PASSIVO + PATRIMONIO LÍQUIDO	2017	2016
CIRCULANTE	95.112.766	89.959.622	CIRCULANTE	88.290.744	75.947.444
DISPONIBILIDADES	2.895.458	1.065.739	DEPÓSITOS (Nota 11)	76.382.765	57.868.485
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (Nota 4)	40.217.250	20.075.173	DEPÓSITOS A VISTA	32.844.624	22.977.838
CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA - COOPERATIVA	40.217.250	20.075.173	DEPÓSITOS A PRAZO	43.538.141	34.890.647
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 5)	50.607.125	67.120.121	REC.ACEITE EMISS.TÍTULOS (Nota 11)	3.688.280	-
SETOR PRIVADO	57.466.465	71.873.235	LETRAS CRÉDITO AGRONEGÓCIO	3.688.280	-
(-) PROVISÃO PARA CRÉD. LIQ. DUVIDOSA	(6.859.340)	(4.753.114)	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (Nota 12)	3.733.145	15.864.407
OUTROS CRÉDITOS (Nota 6)	261.537	276.238	REPASSES INTERFINANCEIROS	3.733.145	15.864.407
AVAIS E FIANÇAS	157.791	-	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS (Nota 13)	2.655.894	2.795
RENDAS A RECEBER	53.279	37.851	RECURSOS EM TRANS.TERCEIROS	2.655.894	2.795
DIVERSOS	138.044	238.387	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 12)	140.075	-
(-) PROVISÃO P/OUTROS CRÉD. LIQ. DUV.	(87.577)	-	EMPR. PAÍS-OUTRAS INSTITUIÇÕES	140.075	-
OUTROS VALORES E BENS (Nota 7)	1.131.396	1.422.351	OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 14)	1.690.585	2.211.757
OUTROS VALORES E BENS	1.040.725	1.297.715	COBRANÇA E ARREC.TRIB. E ASSEM	28.580	24.875
DESPESAS ANTECIPADAS	90.671	124.636	SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS	144.206	270.378
NÃO CIRCULANTE	45.180.497	26.814.727	FISCAIS E PREVIDENCIARIAS	241.873	334.348
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	34.351.601	18.116.438	DIVERSAS	1.275.926	1.582.156
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 5)	34.351.601	18.116.438	NÃO CIRCULANTE	13.241.387	3.046.470
SETOR PRIVADO	37.040.170	19.438.367	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (Nota 12)	12.120.785	3.046.470
(-) PROVISÃO PARA CRÉD. LIQ. DUVIDOSA	(2.688.569)	(1.321.929)	REPASSES INTERFINANCEIROS	12.120.785	3.046.470
INVESTIMENTOS (Nota 8)	5.737.002	5.098.889	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 12)	1.120.602	-
OUTROS INVESTIMENTOS	5.737.002	5.098.889	EMPR. PAÍS-OUTRAS INSTITUIÇÕES	1.120.602	-
IMOBILIZADO (Nota 9)	4.602.477	1.624.352	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 16)	38.761.132	37.780.435
IMÓVEIS DE USO	552.648	552.648	CAPITAL	35.590.964	34.279.814
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO	5.494.896	2.298.135	DE DOMICILIADOS NO PAÍS	35.590.964	34.279.814
(-) DEPRECIACÕES ACUMULADAS	(1.445.067)	(1.226.431)	RESERVAS DE CAPITAL	87.699	107.788
INTANGIVEL (Nota 10)	489.417	1.975.048	RESERVAS DE SOBRAS	3.082.469	3.205.148
DIREITO DE USO	1.232.978	2.531.013	FUNDO DE RESERVA	3.082.469	3.080.025
(-) AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	(743.561)	(555.965)	RESERVA ESTATUTÁRIA - FAC	-	125.123
TOTAL DO ATIVO	140.293.263	116.774.349	SOBRAS/PERDAS ACUMULADAS	-	187.685
			TOTAL DO PASSIVO + PAT.LÍQUIDO	140.293.263	116.774.349

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Paraíso do Tocantins - TO., 31 de Dezembro de 2017.

3.122.346 2.984.302
Gilberto Alves Moraes
CPF.: 547.013.921-20
Diretor Presidente

Julio Cesar Galvão
CPF.: 387.531.111-68
Diretor responsável pela área contábil

Neumy Guida Martins
Contadora CRC-TO 1635/O
CPF.: 783.986.301-91



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PARAÍSO DO TOCANTINS E REGIÃO LTDA
Rua Voluntários da Pátria, 955 - Centro - Paraíso do Tocantins - TO., CNPJ nº 26.960.328/0001-43

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
2o. SEMESTRE DE 2017 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2017 E 31/12/2016
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS, SEM CENTAVOS)

DISCRIMINAÇÃO	2º SEMESTRE 2017	2017	2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	10.633.216	21.109.199	19.859.143
Operações de Crédito (Nota 19)	10.621.560	21.097.543	19.859.143
Resultado de Oper. Títulos e Val. Mobiliários	11.656	11.656	-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(5.899.428)	(12.933.891)	(10.436.078)
Operações de Captação no Mercado (Nota 11.b)	(1.887.892)	(4.088.265)	(3.816.946)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(712.166)	(1.446.643)	(1.453.997)
Provisão para Créditos Liquidação Duvidosa	(3.299.370)	(7.398.983)	(5.165.135)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.733.788	8.175.308	9.423.065
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(3.819.815)	(7.156.115)	(6.658.888)
Receitas de Prestação de Serviços	1.106.688	2.006.128	1.340.197
Receitas de Tarifas Bancárias	419.408	783.652	636.385
Outras Receitas Operacionais (Nota 20)	2.246.049	4.367.773	3.195.900
Despesas de Pessoal (Nota 21)	(3.358.258)	(6.319.642)	(5.435.564)
Outras Despesas Administrativas (Nota 22)	(3.631.754)	(6.991.163)	(5.657.982)
Despesas Tributárias	(79.391)	(183.984)	(156.604)
Outras Despesas Operacionais (Nota 23)	(522.557)	(818.879)	(581.220)
RESULTADO OPERACIONAL	913.973	1.019.193	2.764.177
Resultado não Operacional (Nota 24)	7.448	(2.444)	20.079
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE SOBRAS	921.421	1.016.749	2.784.256
Imposto de Renda e Contribuição Social	(91.277)	(152.436)	(110.468)
RESULTADO ANTES DOS JUROS AO CAPITAL	830.144	864.313	2.673.788
Despesa com Juros ao Capital Próprio (Nota 18)	(990.338)	(990.338)	(2.388.927)
SOBRAS/(PERDAS) LÍQUIDAS DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(160.194)	(126.025)	284.861

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Paraíso do Tocantins - TO., 31 de Dezembro de 2017.

Gilberto Alves Moraes
CPF.: 547.013.921-20
Diretor Presidente

Julio Cesar Galvão
CPF.: 387.531.111-68
Diretor resp. pela area contabil

Neumy Guida Martins
Contadora CRC-TO 1635/O
CPF.: 783.986.301-91



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PARAÍSO DO TOCANTINS E REGIÃO LTDA
Rua Voluntários da Pátria, 955 - Centro - Paraíso do Tocantins - TO., CNPJ nº 26.960.328/0001-43

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2017 e 31/12/2016
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS, SEM CENTAVOS)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE SOBRAS		SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
			FUNDO DE RESERVA	ESTATUTARIA FAC		
SALDOS NO INICIO DO PERÍODO EM: 01/01/2016	28.362.210	100.806	2.976.531	579.658	869.487	32.888.692
MOVIMENTAÇÃO DE CAPITAL:						
- Por Incorporação de Sobras	859.395				(859.395)	-
- Por Incorporação de Reservas	579.658			(579.658)		-
- Por Incorporação de Juros ao Capital	2.248.241					2.248.241
- Por Integralizações de Capital	4.981.938					4.981.938
- Por Restituição de Capital	(2.751.628)					(2.751.628)
OUTROS EVENTOS:						
- Utilização de Reserva de Capital		(41.018)				(41.018)
- Distribuição de Sobras					(10.092)	(10.092)
- Constituição de Reserva de Capital		48.000				48.000
SOBRAS (PREJUÍZO) DO PERÍODO					284.861	284.861
DESTINAÇÕES:						
- Resultado não operacional - Fundo de Reserva			20.079		(20.079)	-
- Despesas cobertas pelo FATES					343.155	343.155
- FATES - Resultado com não associados					(190.860)	(190.860)
- Fates - Resultado com associados (5%)					(20.854)	(20.854)
- Fundo de Reserva (20%)			83.415		(83.415)	-
- Fundo para Aumento de Capital (30%)				125.123	(125.123)	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM: 31/12/2016	34.279.814	107.788	3.080.025	125.123	187.685	37.780.435
MUTAÇÕES NO PERÍODO	5.917.604	6.982	103.494	(454.535)	(681.802)	4.891.743
SALDOS NO INICIO DO PERÍODO EM: 01/01/2017	34.279.814	107.788	3.080.025	125.123	187.685	37.780.435
AUMENTOS DE CAPITAL:						
- Por Incorporação de Sobras	187.571				(187.571)	-
- Por Incorporação de Reservas	125.123			(125.123)		-
- Por Incorporação de Juros ao Capital	973.015					973.015
- Por Integralizações de Capital	4.049.593					4.049.593
- Por Restituição de Capital	(4.024.152)					(4.024.152)
OUTROS EVENTOS:						
- Utilização de Reserva de Capital		(20.089)				(20.089)
- Distribuição de Sobras					(114)	(114)
SOBRAS (PREJUÍZO) DO PERÍODO					(126.025)	(126.025)
DESTINAÇÕES:						
- Resultado não operacional - Fundo de Reserva			2.444		(2.444)	(83.687)
- Despesas cobertas pelo FATES					212.156	87.699
- FATES - Resultado com não associados					(83.687)	(83.687)
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM: 31/12/2017	35.590.964	87.699	3.082.469	-	-	37.580.087
MUTAÇÕES NO PERÍODO	1.311.150	(20.089)	2.444	(125.123)	(187.685)	(200.348)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Paraíso do Tocantins - TO., 31 de Dezembro de 2017.

Gilberto Alves Moraes
CPF.:547.013.921-20
Presidente

Julio Cesar Galvão
CPF.: 387.531.111-68
Diretor Resp.pela Área Contábil

Neumy Guida Martins
Contadora CRC-TO 1635/O
CPF.: 783.986.301-91



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PARÁISO DO TOCANTINS E REGIÃO LTDA
Rua Voluntários da Pátria, 955 - Centro - Paraiso do Tocantins - TO., CNPJ nº 26.960.328/0001-43

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31/12/2017 e 31/12/2016
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS, SEM CENTAVOS)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2º Semestre 2017	2017	2016
Sobras/(perdas) antes dos tributos e após o Juros ao Capital	(68.917)	26.411	395.329
Ajustes as sobras/perdas líquidas: (não afetaram o caixa)	3.547.850	7.891.488	5.600.303
Despesas de depreciação e amortização.....	248.480	492.505	435.168
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	3.299.370	7.398.983	5.165.135
Apuração de Resultado (Imposto de Renda e Contrib. Social)			
Variações patrimoniais:			
Relações interfinanceiras e interdependências.....	1.889.746	(403.848)	(2.690.827)
Operações de crédito.....	(6.731.072)	(7.121.150)	(12.788.027)
Outros créditos.....	335.042	14.701	(145.229)
Outros valores e bens.....	23.990	290.955	(847.672)
Depósitos.....	(5.285.976)	18.514.280	10.235.667
Obrigações por emissão de LCA.....	2.818.260	3.688.280	-
Obrigações por empréstimos e repasses.....	(72.028)	1.260.677	(3.809.149)
Outras obrigações	(584.462)	(521.172)	(502.006)
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	(91.277)	(152.436)	(110.468)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	(4.218.844)	23.488.186	(4.662.079)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de investimentos.....	(388.644)	(638.113)	(819.271)
Aquisição de imobilizado de uso.....	(294.766)	(1.884.524)	(385.438)
Aplicação no Intangível	(52.445)	(100.475)	(1.635.650)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(735.855)	(2.623.112)	(2.840.359)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Variações patrimoniais:			
Aumento/(redução) de capital.....	629.715	25.441	2.230.310
Incorporação de juros ao capital.....	973.015	973.015	2.248.241
Distribuição de sobras.....	-	(114)	(10.092)
(Constituição)/Compensação do FATES.....	128.469	128.469	131.441
Constituição/(Utilização) da reserva de capital.....	(20.089)	(20.089)	6.982
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.711.110	1.106.722	4.606.882
Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa	(3.243.589)	21.971.796	(2.895.556)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período.....	46.356.297	21.140.912	24.036.468
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota 3).....	43.112.708	43.112.708	21.140.912
Aumento e ou/ Redução nas Disponibilidades	(3.243.589)	21.971.796	(2.895.556)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Paraiso do Tocantins - TO., 31 de Dezembro de 2017.

Gilberto Alves Moraes
CPF.:547.013.921-20
Diretor Presidente

Julio Cesar Galvão
CPF.: 387.531.111-68
Diretor resp. pela area contabil

Neumy Guida Martins
Contadora CRC-TO 1635/O
CPF.: 783.986.301-91



**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PARAÍSO DO TOCANTINS E
REGIÃO LTDA.**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016.**

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PARAÍSO DO TOCANTINS E REGIÃO LTDA – SICOOB CREDIPAR** é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 12 de março de 1991, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA – SICOOB GOIÁS CENTRAL** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 3.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDIPAR** possui 11 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **BARROLÂNDIA – TO, PIUM – TO, MARIANOPOLIS – TO, MIRANORTE – TO, DIVINÓPOLIS – TO, DOIS IRMÃOS – TO, CRISTALÂNDIA – TO, GURUPI – TO, PALMAS – TO, ARAGUAÍNA – TO, PORTO NACIONAL – TO e UAD – Unidade Administrativa – Paraiso Tocantins – TO.**

O **SICOOB CREDIPAR** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do

Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) – Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa – Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 – Evento Subsequente – Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 – Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/2015.

2. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "*pro-rata temporis*" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear.

As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 introduziram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB GOIÁS CENTRAL** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos (Art. 183 Decreto 3.000/1999). O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do

que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de Dezembro de 2017** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de Dezembro de 2017**.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e depósitos bancários	583.368	649.166
Numerários em trânsito	2.312.090	416.572
Relações interfinanceiras – centralização financeira	40.217.250	20.075.173
TOTAL	43.112.708	21.140.912

4. Relações interfinanceiras

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Direitos junto a Participantes do Sistema de Liquidação	-	40.089
Centralização Financeira - Cooperativas	40.217.250	20.035.084
TOTAL	40.217.250	20.075.173

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB GOIÁS CENTRAL**, conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015. Esses recursos são remunerados em, aproximadamente, 98% do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2017			31/12/2016
	Circulante	Não circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	338.512	-	338.512	244.062
Empréstimos	43.144.959	14.143.672	57.288.631	52.831.047
Títulos Descontados	5.084.022	-	5.084.022	6.156.415
Financiamentos	4.268.343	6.058.572	10.326.915	10.431.785
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	4.630.629	16.837.926	21.468.555	21.648.293
(-) Provisões para Operações de Crédito	(6.859.340)	(2.688.569)	(9.547.909)	(6.075.043)
TOTAL	50.607.125	34.351.601	84.958.726	85.236.559

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
A 0,5% Normal	9.942.484	706.940	2.270.075	5.073.223	17.992.722	(89.964)	25.429.167	(127.146)
B 1% Normal	19.037.588	1.096.994	4.903.962	12.300.276	37.338.820	(373.388)	42.129.684	(421.297)
B 1% Vencidas	2.937.035	8.507	42.118	0	2.987.660	(29.877)	3.190.994	(31.910)
C 3% Normal	10.168.908	640.458	1.722.645	2.452.121	14.984.132	(449.524)	8.643.650	(259.309)
C 3% Vencidas	1.538.073	61.211	377.977	192.286	2.169.547	(65.086)	1.147.883	(34.436)
D 10% Normal	5.627.631	128.180	296.267	550.936	6.603.014	(660.301)	2.188.353	(218.835)
D 10% Vencidas	389.868	11.114	99.250	0	500.232	(50.023)	1.264.466	(126.446)
E 30% Normal	994.904	61.507	73.597	167.116	1.297.124	(389.137)	1.481.980	(444.594)
E 30% Vencidas	1.995.014	4.553	92.842	57.770	2.150.179	(645.054)	821.791	(246.537)
F 50% Normal	1.937.758	31.357	3.901	0	1.973.016	(986.508)	1.231.024	(615.512)
F 50% Vencidas	589.992	2.834	132.884	404.173	1.129.883	(564.941)	258.179	(129.090)
G 70% Normal	13.546	9.102	0	0	22.648	(15.854)	58.431	(40.902)
G 70% Vencidas	399.858	31.497	0	0	431.355	(301.949)	289.905	(202.934)
H 100% Normal	956.590	69.080	25.274	0	1.050.944	(1.050.944)	898.914	(898.914)
H 100% Vencidas	3.179.338	139.243	286.124	270.654	3.875.359	(3.875.359)	2.277.181	(2.277.181)
Total Normal	48.679.410	2.743.619	9.295.720	20.543.672	81.262.420	(4.015.620)	82.061.203	(3.026.509)
Total Vencidos	11.029.178	258.958	1.031.195	924.883	13.244.215	(5.532.289)	9.250.399	(3.048.534)
Total Geral	59.708.588	3.002.577	10.326.915	21.468.555	94.506.635	(9.547.909)	91.311.602	(6.075.043)
Provisões	(7.808.580)	(323.225)	(593.103)	(823.001)	(9.547.909)		(6.075.043)	
Total Líquido	51.900.008	2.679.352	9.733.812	20.645.554	84.958.726		85.236.559	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	15.678.147	24.802.748	14.143.672	54.624.567
Financiamentos	1.274.424	2.993.919	6.058.572	10.326.915
Financiamentos Rurais	988.700	3.641.929	16.837.926	21.468.555
TOTAL	17.941.271	31.438.596	37.040.170	86.420.037

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2017	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	60.096	3.614.890	177.648	-	3.852.634	4%
Setor Privado - Indústria	7.158	391.599	28.071	-	426.828	0%
Setor Privado - Serviços	891.452	13.500.617	1.883.808	-	16.275.877	17%
Pessoa Física	2.043.871	47.208.283	2.918.139	21.468.555	73.638.848	78%
Outros	-	236.092	76.356	-	312.448	0%
TOTAL	3.002.577	64.951.481	5.084.022	21.468.555	94.506.635	100%

e) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	2.502.457	3,00%	2.556.454	3,00%
10 Maiores Devedores	10.935.244	12,00%	10.433.453	11,00%
50 Maiores Devedores	30.967.904	33,00%	30.692.833	34,00%

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	(6.075.043)	(3.106.229)
(Constituições)/Reversões	(7.310.330)	(5.165.135)
Transferência para prejuízo	3.837.464	2.196.321
TOTAL	9.547.909	(6.075.043)

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	3.034.949	2.068.220
Valor das operações transferidas no período	3.837.464	2.296.321
Valor das operações recuperadas no período	(784.639)	(1.329.592)
TOTAL	6.087.774	3.034.949

h) Operações renegociadas:

Em **31/12/2017** a cooperativa apresentou saldo de renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 28.209.811 (R\$ 2.395.908 em 31/12/2016), compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

6. Outros créditos

Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Avais e Fianças Honrados (a)	157.791	-
Rendas a Receber (b)	53.279	37.851
Diversos (c)	138.044	238.387
(-) Provisões para Outros Créditos (d)	(87.577)	-
TOTAL	261.537	276.238

(a) Crédito decorrente, basicamente, de coobrigações honradas de operações com cartões de crédito, cuja cessão é realizada após 60 dias de inadimplência.

(b) Referem-se a rendas a receber de convênios municipais, estaduais e federais.

(c) Referem-se a adiantamentos de férias, adiantamentos para despesas diversas, impostos a compensar e recuperar, tarifas a receber, plano de saúde a receber e pendências a regularizar.

(d) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Bens Não de Uso Próprio (a)	1.040.725	1.297.715
Despesas Antecipadas (b)	90.671	124.636
TOTAL	1.131.396	1.422.351

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente a bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes a prêmios de seguros, adiantamento de aluguel e assinatura de periódicos.

8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB GOIÁS CENTRAL** e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Participações em cooperativa central de crédito	3.527.696	3.208.765
Participações instituição financeira controlada cooperativa de crédito	2.209.306	1.890.124
TOTAL	5.737.002	5.098.889

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso	3.114.853	106.834	
Terrenos	332.756	332.756	
Edificações	219.892	219.892	4%
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	(119.659)	(111.400)	
Instalações	2.837	2.837	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(2.144)	(1.861)	
Móveis e equipamentos de Uso	608.417	517.757	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(276.754)	(227.437)	
Sistema de Comunicação	27.386	28.725	20%
Sistema de Processamento de Dados	1.109.036	1.039.065	10%
Sistema de Segurança	422.339	363.035	10%
Sistema de Transporte	210.027	239.882	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(1.046.509)	(885.733)	
TOTAL	4.602.477	1.624.352	

As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas. O saldo refere-se, basicamente, ao custo da aquisição do Data Center (Projeto Inova TI), ainda não finalizado, cuja utilização será compartilhada pelas cooperativas do Sicoob Goiás Central. O saldo de R\$ 2.984.302 estava registrado no grupo do Intangível em 31/12/2016 e foi reclassificado para a rubrica Imobilizações em Curso em 2017, conforme determina o Manual de Normas do Sistema Financeira – COSIF.

10. Intangível

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Direito de uso e software (a)	453.477	1.841.788	
Fundo de comércio (b)	779.501	689.225	
(-) Amortização acumulada	(743.561)	(555.965)	4%
TOTAL	489.417	1.975.048	

(a) O valor registrado refere-se às licenças de uso softwares diversos (R\$ 39.499) e às licenças de uso do Sistema de Informática do Sicoob (SISBR), no valor de R\$ 413.978, de propriedade da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação, que foram cedidas pelo Sicoob Goiás Central para utilização exclusiva das cooperativas singulares associadas, devidamente autorizado pelo Sicoob Confederação, com prazo de amortização de 10 anos.

(b) Nesta rubrica registram-se as benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, substancialmente, instalações e reforma de PAs. O valor registrado no valor de R\$ 779.501 (Setecentos e setenta e nove mil, quinhentos e um reais) está composto por investimentos em adequação das instalações dos pontos de atendimento de Palmas, Araguaína, Cristalândia, Marianópolis, Miranorte, Barrolândia, Divinópolis E UAD.

11. Depósitos e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

As captações remuneradas incluem, ainda, as Letras de Crédito do Agronegócio (LCA's), que são remuneradas com base na variação do CDI e cujos recursos captados são direcionados para operações de crédito rural.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	32.844.624	22.977.838
Depósito a Prazo	43.538.141	34.890.647
TOTAL	76.382.765	57.868.485

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Letras de Crédito do Agronegócio	3.688.280	-

Os depósitos até o limite de R\$ 250.000 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto Social próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº 4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos Maiores Depositantes:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Depositante	1.960.694	3,00%	3.563.549	6,00%
10 Maiores Depositantes	12.241.268	16,00%	11.173.049	19,00%
50 Maiores Depositantes	30.289.780	40,00%	25.145.778	44,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2017	2016
Despesas de Depósitos a Prazo	(3.989.822)	(3.816.946)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(98.443)	-
TOTAL	(4.088.265)	(3.816.946)

12. Repasses interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e capital de giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

a) Obrigações por empréstimos e repasses

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2017	31/12/2016
Cooperativa Central (a)	101% CDI	21/12/2026	1.260.677	-
	Circulante		140.075	-
	Não circulante		1.120.602	-

(a) Corresponde a operação de empréstimo tomado junto ao Sicoob Goiás Central, com taxa de juros vinculada à variação do CDI, a ser pago em 120 parcelas mensais.

b) Repasses interfinanceiros

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2017	31/12/2016
Recursos do Bancoob	7,5 a 15% a.a.	11/2018 a 12/2019	15.853.930	28.910.877
Circulante			3.733.145	15.864.407
Não circulante			12.120.785	3.046.470

(b) Corresponde a recursos tomados pela cooperativa para aplicação em operações de crédito rural de associados.

13. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	2017	2016
Ordens de Pagamento	2.655.894	2.795

Ordens de pagamento, trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros cooperados, que serão liquidados em 2018.

14. Outras Obrigações

Descrição	2017	2016
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	28.580	24.875
Sociais e Estatutárias	144.206	270.378
Fiscais e Previdenciárias	241.873	334.348
Diversas	1.275.926	1.582.156
TOTAL	1.690.585	2.211.757

14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Resultado de Atos com Não Associados	83.687	191.301
Resultado de Atos com Associados	-	20.854
Cotas de Capital a Pagar	60.519	58.223
TOTAL	144.206	270.378

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(b) Refere-se a cotas de capital a devolver de associados desligados.

14.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para impostos e contribuições/lucros	12.565	19.762
Impostos e contribuições a recolher	229.308	314.586
TOTAL	241.873	334.348

14.3 Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Cheques Administrativos	-	767.775
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (a)	200.943	118.920
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (b)	390.058	226.274
Provisão para Pagamentos a Efetuar (c)	417.146	347.434
Provisão para Demandas Judiciais (d)	-	44.818
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (d)	78.452	-
Credores Diversos – País	101.177	76.934
TOTAL	1.187.776	1.582.155

(a) Importância referente a valores a serem pagos a fornecedores de bens e serviços da cooperativa, a serem liquidados no decorrer do exercício de 2018.

(b) Importância referente a valores a serem pagos, inerente a contrato de prestação de serviços de conta salário contratado com empresas jurídicas associadas à cooperativa.

(c) Referem-se à provisão para pagamento de despesas administrativas da cooperativa.

(d) Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de Dezembro de 2017**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 4.004.176 (R\$ 3.012.949 em **31/12/2016**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

15. Instrumentos financeiros

O **SICOOB CREDIPAR** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de **2017** e **2016**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes de 6.502 associados no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independente do número de suas cotas-partes.

No exercício de **2017**, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 1.311.150 com recursos provenientes do PROCAPCRED – Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito, SICOOB Cotas Partes, integralizações voluntárias e incorporação de juros ao capital.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	35.590.964	34.279.814
Associados	6.502	5.237

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de **20%**, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Reserva de capital

Representada pelo fundo estatutário constituído pela Assembleia Geral Ordinária em 21 de março de 2015, destinado a cobertura de eventuais arrombamentos, assaltos, furtos e fraudes.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 18/03/2017, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, no valor de R\$ 187.685 (cento e oitenta e sete mil, seiscentos e oitenta e cinco reais).

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2017	2016
Sobra/(Perda) líquida do exercício	(126.025)	284.861
Despesas cobertas pelo FATES	212.156	343.155
Resultado não operacional – Fundo de Reserva	(2.444)	(20.079)
Lucro líquido decorrente de atos não cooperativos apropriado ao FATES (a)	(83.687)	(190.860)
Base de cálculo das destinações	-	417.077
Destinações estatutárias – Reserva Estatutária – FAC – 30%	-	(125.123)
Fundo de Reserva – 20%	-	(83.415)
Fundo de assistência técnica, educacional e social – 5%	-	(20.854)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	-	187.685

(a) O valor do resultado com não associados foi de R\$ 421.113 (Nota 17), mas em função da insuficiência de resultado positivo ao final do exercício, foi destinado para o FATES apenas o valor de R\$ 83.687, restando a destinar o montante de R\$ 337.426, que será incorporado ao FATES em 2018, quando for apurado o resultado do exercício.

17. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Receita de prestação de serviços	1.070.141	636.020
Despesas específicas de atos não cooperativos	(157.797)	(58.181)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(488.787)	(275.610)
Resultado operacional	423.557	302.229
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(2.444)	20.079
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	421.113	322.308

18. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e a remuneração foi limitada a 30% da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

Apesar do pagamento ter sido efetuado em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, o valor da remuneração dos juros ao capital próprio, correspondente a R\$ 990.338, resultou em perdas no exercício no montante de R\$ 125.026, tendo em vista as sobras antes dos juros ao capital, no montante de R\$ 864.313, serem inferiores ao valor pago.

19. Ingressos da intermediação financeira – operações de crédito

Descrição	2017	2016
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	292.489	277.408
Rendas de Empréstimos	14.201.863	12.916.344
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.661.905	1.370.928
Rendas de Financiamentos	1.987.655	2.262.943
Rendas Financiamentos Rurais – Aplicações Livres	184.994	315.218
Rendas de Financ. Rurais – Aplicações com Recursos Livres	547.652	-
Rendas de Financ. Rurais – Aplic. Rec. Direcionados à vista (obrigatórios)	207.117	-
Rendas de Financ. Rurais – Aplic. Rec. Direcionados da Poupança Rural	241.184	-
Rendas de Financ. Rurais - Aplic. Recursos Direcionados de LCA	68.899	-
Rendas Financ. Rurais – Aplic. Repassadas e Refinanciadas	705.868	1.229.082
Rendas de Financiamentos Agroindustriais	-	770
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	997.917	1.486.450
TOTAL	21.109.200	19.859.143

20. Outras receitas operacionais

Descrição	2017	2016
Recuperação de Encargos e Despesas	62.324	42.927
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	8.485	21.744
Rendas de Créditos Específicos	-	436
Reversão de Outras Provisões Operacionais	8.930	-
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	66.006	-
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	105.715	-
Dividendos	277.357	181.090
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	3.469.772	2.566.824
Outras Rendas Operacionais	378.114	382.879
TOTAL	4.367.773	3.195.900

21. Despesas de Pessoal

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de Honorários	(847.048)	(803.388)
Despesas de Benefícios	(1.051.581)	(856.059)
Despesas de Encargos Sociais	(1.267.605)	(1.050.380)
Despesas de Proventos	(3.018.578)	(2.583.171)
Despesas de Treinamento	(110.103)	(12.396)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(24.727)	(22.170)
Total	(6.319.642)	(5.435.564)

22. Outras Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de água energia e gás	(314.606)	(282.107)
Despesas de alugueis	(412.346)	(312.647)
Despesas de comunicações	(248.570)	(214.968)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(74.055)	(77.615)
Despesas de material	(100.330)	(69.034)
Despesas de processamento de dados	(1.016.989)	(653.168)
Despesas de promoções e relações públicas	(452.975)	(371.685)
Despesas de propaganda e publicidade	(169.165)	(229.086)
Despesas de publicações	(9.798)	(8.001)
Despesas de seguros	(183.895)	(145.526)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(1.037.765)	(936.882)
Despesas de serviços de terceiros	(291.553)	(267.143)
Despesas de serviços de vigilância e segurança	(303.945)	(255.566)
Despesas de serviços técnicos especializados	(131.138)	(126.734)
Despesas de transporte	(682.317)	(425.203)
Despesas de viagem no país	(71.820)	(55.598)
Outras despesas administrativas	(509.831)	(343.570)
Despesas com rateio da Central	(487.560)	(448.281)
Despesas de amortização e depreciação	(492.505)	(435.168)
Total	(6.991.163)	(5.657.982)

23. Outras despesas operacionais

Descrição	2017	2016
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	(141.467)	(212.550)
Despesas de Descontos Concedidos	(189.958)	(49.997)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(11.784)	(12.863)
Contribuições ao Fundo Garantidor de Depósitos	(112.626)	(77.697)
Provisão para Passivos Contingentes	(12.000)	-
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	(7.799)	(3.690)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	(4.241)	(1.044)
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	(161.804)	(142.549)
Outras Despesas Operacionais	(135.081)	(66.255)
Provisão para Garantias Prestadas	(42.119)	(14.576)
TOTAL	(818.879)	(581.220)

24. Resultado não operacional

Descrição	2017	2016
Lucro em Transações com Valores de Bens	11.500	-
Ganhos de Capital	22.652	26.331
Ganhos de Aluguéis	4.160	1.200
Outras Rendas não Operacionais	2.960	-
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(1.970)	-
(-) Perdas de Capital	(36.473)	(6.136)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(5.273)	(1.316)
Resultado Líquido	(2.444)	20.079

25. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de **12/2017**:

Descrição	Operações de Crédito	% sobre o total das operações de crédito
Diretoria Executiva e Conselho de Administração	5.459.436	5,78
Conselho Fiscal	285.336	0,30
TOTAL	5.744.772	6,08

Descrição	Provisões para Operações de Crédito	% sobre o total das provisões
Diretoria Executiva e Conselho de Administração	67.348	0,77
Conselho Fiscal	2.853	0,03
TOTAL	70.201	0,80

Descrição	Depósitos	% sobre o total dos depósitos
Diretoria Executiva e Conselho de Administração	60.745	0,08
Conselho Fiscal	30.680	0,04
TOTAL	91.425	0,12

Descrição	Capital Social	% sobre o total do Capital Social
Diretoria Executiva e Conselho de Administração	1.598.809	4,49
Conselho Fiscal	51.340	0,14
TOTAL	1.650.149	4,63

26. Cooperativa Central

O **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PARAÍSO DO TOCANTINS E REGIÃO LTDA - SICOOB CREDIPAR**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA – SICOOB GOIÁS CENTRAL**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB GOIÁS CENTRAL** é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB GOIÁS CENTRAL** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles

internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB CREDIPAR** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB GOIÁS CENTRAL** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o **SICOOB GOIÁS CENTRAL**:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Centralização Financeira	40.217.250	20.035.084
Investimentos	3.527.696	3.208.765
Passivo		
Obrigações por Empréstimos e Repasses	1.260.677	-

Os auditores independentes responsáveis pelo exame das demonstrações contábeis do SICOOB GOIÁS CENTRAL, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, emitiram relatório de auditoria datado de 15 de fevereiro de 2018, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

27. Gerenciamento de Risco

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN n.º .3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

27.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

27.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do **SICOOB CREDIPAR** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, o **SICOOB CREDIPAR** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, o **SICOOB CREDIPAR** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

27.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito do **SICOOB CREDIPAR** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o **SICOOB CREDIPAR** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o **SICOOB CREDIPAR** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

27.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do **SICOOB CREDIPAR** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o **SICOOB CREDIPAR** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional

das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a conseqüente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

28. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

29. Benefícios a empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade previdência privada, com participação de 50% do percentual s/folha, limitando a 3%. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são equivalentes a no mínimo 1,5% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de previdência complementar pela cooperativa totalizaram R\$ 20.594 (vinte mil, quinhentos e noventa e quatro reais).

PARAÍSO DO TOCANTINS-TO, 31 de Dezembro de 2017.

Gilberto Alves Moraes
CPF.: 547.013.921-20
Diretor Presidente

Júlio Cesar Galvão
CPF.: 387.531.111-68
Diretor Responsável pela Área Contábil

Neumy Guida Martins
Contadora CRC/TO 001635/O
CPF.: 783.986.301-91